

Versão Online ISBN 978-85-8015-080-3
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Artigos

2014

EVASÃO ESCOLAR: fragilidades e potencialidades

Ernani Horst¹
Miriam Adalgisa Bedim Godoy²

RESUMO

O proponente socializa os achados do projeto de intervenção pedagógica do programa - PDE, desenvolvido no Colégio Estadual Parigot de Souza, o qual teve a temática da evasão no ensino médio: fragilidades e potencialidades. O objetivo do estudo foi o de investigar as causas internas da evasão escolar e propor soluções para mitigar tal fato. Desta forma, foram realizados grupos de estudos com a comunidade escolar, a saber: docentes, pais e alunos. Nos primeiros encontros realizados junto aos professores, observou-se uma propensão para o óbvio, isto é, para as questões externas responsáveis pela evasão, mas, com o desenvolvimento das atividades, foi possível focalizar no objetivo principal e a partir disso, inclusive a formulação de propostas. Quanto às atividades realizadas com os pais e/ou responsáveis indicaram as dificuldades que estes têm no trato com os filhos sobre os assuntos escolares. Existe uma lacuna entre a instituição e os pais, mas, foi possível obter algumas propostas que podem contribuir para o momento ou para alimentar novos estudos. Nos encontros com os alunos foi possível vislumbrar o embaraço que eles têm ao se defrontarem, principalmente com a organização de uma rotina de estudos e também com o planejamento futuro, para a continuidade dos estudos. Ficou visível que as reflexões acerca da compreensão das causas internas da evasão escolar na instituição de ensino não se estancam facilmente, sendo imprescindível a continuidade dos estudos e o fortalecimento de ações que promovam o diálogo e a participação do coletivo escolar educativo afim de que a escola cumpra realmente a sua função social de contribuir para a construção do conhecimento e libertação humana.

Palavras-chave: Evasão escolar. Comunidade educacional. Limites e possibilidades.

1. PALAVRAS INICIAIS

O presente artigo tem como foco principal a temática evasão escolar, no Colégio Estadual Parigot de Souza que, por ser o único estabelecimento de ensino da rede estadual, localizado na sede do município de Inácio Martins, atende alunos da área urbana e de várias comunidades localizadas no campo, sendo que a maioria deles, podem ser caracterizados como "crianças e jovens populares" segundo a definição do educador Paulo Freire. Além de efetuar a matrícula, o desafio é manter

¹ Professor da Rede Pública de Educação do Estado do Paraná - Colégio Estadual Parigot de Souza – Ensino Fundamental, Médio e EJA. Licenciatura em Geografia (UNICENTRO); Especializações em Gestão de Qualidade na Educação (FACINTER) e Educação do Campo (FACEL). E-mail: ernanihorst@seed.pr.gov.br

² Professora do Curso de Pedagogia presencial e a distância da Universidade Estadual do Centro-Oeste- UNICENTRO/PR- *Campus* de Irati.

o aluno na escola e, ainda, com aprendizagem, trabalhando com os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Desta forma, tornou-se um grande desafio para a instituição de ensino, que apresenta significativos índices de evasão em todos os seus níveis de ensino, com evidência no Ensino Médio.

As causas da evasão escolar podem ser as mais variadas: como o despreparo dos professores, o desinteresse do aluno, a falta de estrutura das escolas e muitas outras, mas o que realmente conta é que é extremamente prejudicial para o indivíduo e para a sociedade, atingindo jovens e crianças.

Dentre os inúmeros desafios presentes no contexto escolar, a evasão sempre aparece com destaque, pois pode ser quantizada e os números, nada alentador, mostram de forma pontual o fracasso. Tal situação, normalmente é atribuída às causas externas, dentre as quais podemos elencar: à desestruturação familiar, ao sistema, à precariedade do transporte escolar, à mídia que desvaloriza a escola, entre outros. Porém, são perceptíveis que existem, também as causas internas, as quais influenciam na evasão.

Nesse sentido, entende-se, como o interior da escola o conjunto formado por alunos, pais e professores onde cada grupo tem as suas responsabilidades, pois a importância da educação constitui um fator que prescinde de argumentos prós ou contras; ninguém ousa duvidar que a educação seja a coluna de sustentação das civilizações de todos os tempos. A Educação é um poderoso mecanismo de transformação social, e sendo a escola sua principal fonte, espera-se que verdadeiramente efetive este papel, preparando o homem para interagir na vida social e política de seu mundo, estando habilitado para o exercício da cidadania, para o trabalho e para as descobertas e aperfeiçoamento de certas habilidades.

Portanto, tendo em vista os prejuízos que a evasão escolar causa ao aluno na sua formação como cidadão e, objetivando mitigar tal fato, justificou-se a realização do Projeto de Intervenção Pedagógica, junto ao Colégio Estadual Parigot de Souza, centrado sobre as causas internas da evasão. Assim, o enfoque se deu sobre os alunos, pais e professores, ou seja, a comunidade escolar, afim de que os dados possam ser mais significativos a cada ano e serão melhores os menores índices.

2. BASE TEÓRICA DA PESQUISA

A temática aqui abordada aprofunda a questão da evasão escolar,

compreendida como parte do fracasso escolar. O foco está nas causas internas da escola, no seu dia a dia. Considerando que no interior da escola os principais atores são os alunos, pais e profissionais da educação, como ocorre a atuação destes no sentido de mitigar tal situação.

O Colégio Estadual Parigot de Souza está localizado na área urbana do município de Inácio Martins, região Centro-Sul do estado do Paraná. Sua população, segundo estimativa do IBGE em 2014, correspondia a 11.307 habitantes. A composição étnica é bastante variada, pode-se destacar a presença dos índios Guaranis, que ocupam a Reserva Indígena Rio D'Areia.

As principais atividades econômicas, no município, são a indústria madeireira e o extrativismo de erva mate. A agropecuária é praticada em pequena escala, sendo basicamente de subsistência, incluindo-se os Assentamentos da Reforma Agrária. Assim, a população estudantil, via de regra, também é diversificada e busca a sua formação básica na escola pública.

Sendo a escola uma entidade que proporciona ao indivíduo oportunidade de integrar-se à sociedade em que vive, mas infelizmente, no Brasil, a repetência e principalmente a evasão têm remetido o aluno para a seletividade social dentro da própria escola. De acordo com Brandão:

Sabemos que a evasão entre a primeira e a segunda série de quase 50% (taxa essa que permanece estável há mais de 40 anos) equivale à ausência absoluta de escolarização: os alunos que se evadem nessa fase não chegam a alfabetizar-se e os poucos que hipoteticamente o conseguiram, fatalmente, em função dessa saída prematura da escola, perderiam os rudimentos de alfabetização adquiridos. (BRANDÃO, *et al*, 1985, p. 10).

As causas da evasão escolar podem ser as mais variadas: como o despreparo dos professores, o desinteresse do aluno, a falta de estrutura das escolas e muitas outras, mas o que realmente conta é que ela é extremamente prejudicial para o indivíduo e para a sociedade.

Embora essas questões mereçam uma profunda análise, não é de hoje que elas estão sendo apontadas, conjuntamente questões externas e internas, como causas da evasão, da repetência, enfim do insucesso de muitos educandos.

Na tentativa de mudar a fisionomia da escola Freire afirma que:

Para nós, não há sombra de dúvida em torno do direito que as crianças

populares têm de, em função de seus níveis de idade, serem informadas e formar-se de acordo com o avanço da ciência. É indispensável, porém que a escola virando popular, reconheça e prestigie o saber de classe, de "experiência feito", como que a criança chega a ela. (FREIRE, 1991, p. 45).

Segundo Freire é injusto e antidemocrático o que a escola tem feito aos alunos no que diz respeito à linguagem, baseando-se numa modalidade de saber, que chama padrão culto da língua portuguesa, tem prejudicado a criança, forçando-a a sair de seu mundo para um mundo alheio ao seu e não menos complicado.

Para os tempos atuais a tarefa é como afirma Freire (1991, p. 94): "que é uma educação que cumpre sua tarefa essencial de reprodução e construção do saber, dentro de uma perspectiva nova." Tempos esses que refletem muitos aspectos da história educacional de nosso país.

Desde há muito, existe a necessidade da universalização da educação, ou seja, uma educação aberta a toda população.

No Brasil, a educação popular começa com os jesuítas, logo após a implantação do Governo Geral, que segundo Ribeiro (1993, p. 17), "é o primeiro representante do poder público na colônia, que tinha como obrigação não substituir, e sim apoiar as capitanias". Esse foi o modelo determinado pela coroa portuguesa, que segundo Ledesma, deu origem a uma elite agrária:

A organização política-econômica do início da colonização do Brasil deu origem à configuração de uma elite agrária, resultado da apropriação e monopolização do solo por poucos. A economia agrária baseou-se na exploração rural, dando origem ao modelo predominante na colônia: os latifúndios, a monocultura, a utilização do trabalho escravo e a produtividade colonial voltada para o mercado externo [...]. (LEDESMA, 2010, p. 14).

Após a independência (1822), só por volta do final do século XIX é que começam a existir preocupações com a instrução elementar, embora a Constituição de 1824, de acordo com Ledesma (2010, p. 45) estabelecesse a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos. Nesse período uma parte significativa da população era composta por escravos, isto é, pessoas sem nenhum direito de cidadania.

A Constituição republicana de 1891 pouco alterou a situação educacional do país, "o que ocorreu foi o acréscimo de matérias científicas às tradicionais, tornado o ensino enciclopédico." (RIBEIRO, 1993, p. 74). As responsabilidades ficaram divididas entre a União, gestora do ensino secundário e superior; os Estados

assumiriam o ensino primário e profissionalizante.

Com a vitória de Getúlio Vargas na Revolução de 1930, o país passa a viver um momento de transformação. O varguismo pode ser dividido politicamente em duas etapas: de 1930 a 1937 e de 1937 a 1945 (Estado Novo).

Para Ledesma (2010, p. 69), os projetos educacionais desenvolvidos nos anos de 1930 a 1937, refletem a efervescência ideológica do período.

Essa fase do governo getulista foi marcada pelo mesmo encaminhamento dado à política trabalhista, movimentando-se entre as diversas facções conservadoras e até reacionárias e os educadores e intelectuais que reivindicavam transformações quantitativas e qualitativas na educação brasileira. (LEDESMA, 2010, p.69)

As mudanças ocorridas no mundo pós-guerra, também atingem o Brasil e Getúlio efetua diversas manobras políticas para manter-se no poder, porém, em 1945 é afastado do governo pelos militares.

As questões pertinentes à Educação, no período pós-varguismo podem ser resumidas, segundo Ledesma (2010), na efervescência cultural e política que o país se caracterizou pelo populismo, nacionalismo e desenvolvimentismo. Foi nesse campo borbulhante que se elaborou a Constituição de 1946, a qual estabelecia para a educação nacional a obrigatoriedade e gratuidade do ensino.

A nova lei promulgada evidenciava, novamente, a educação como direito de todos e assegurava o dever do Estado de garantir, na forma da lei, a educação em todos os níveis, juntamente com a iniciativa privada. (LEDESMA, 2010, p. 85).

A Constituição, aprovada em 1946 previa que a União seria responsável pelas diretrizes e bases da educação nacional. Assim, em 1948, o Governo encaminha ao Congresso Nacional um projeto de lei, que 13 anos depois, daria origem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4.024/61.

Tendo em vista o ocorrido no país em 31 de março de 1964, os militares propuseram uma nova LDB que foi aprovada pelo Congresso Nacional em 1971 e recebeu a titulação de Lei 5.692/71. Porém, segundo Ghiraldelli a nova Lei não proporcionou mudanças significativas.

De fato, o regime de 64 não veio para efetivar uma ruptura econômica com o regime anterior, mas veio sim, para uma alteração política justamente para o favorecimento da continuidade do modelo econômico. A legislação

educacional não encontrou motivos para não refletir tal continuidade. De fato, a Lei 5.692/71 incorporou os objetivos gerais do ensino de 1º e 2º graus expostos nos "fins da educação" da Lei 4.024/61. Tais objetivos diziam respeito à necessidade de "proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania".

Todavia, diferenças entre as duas leis não podem ser minimizadas. A Lei 4.024/61 refletiu princípios liberais vivos na democracia relativa dos anos 50, enquanto a Lei 5.692/71 refletiu os princípios da ditadura, verificados pela incorporação de determinações no sentido da racionalização do trabalho escolar e na adoção do ensino profissionalizante no 2º grau. (GHIRALDELLI, 1991, p. 182).

A nova fase política vivida pelo país, logo após o fim do regime militar, segundo Ledesma exigia mudanças no aparato legal.

A redemocratização do país exigia a revogação das leis autoritárias do regime militar, com a retomada de eleições diretas para presidente, a liberdade partidária e a concessão de direito do voto aos analfabetos. O ato mais esperado era a convocação de uma Assembleia Constituinte [...]. (LEDESMA, 2010, p. 108).

Promulgada em 05 de outubro de 1988, a nova Carta representou um marco para o país, explicitada nas conquistas sociais, é conhecida com a "Constituição Cidadã". Estabelece que a educação é direito de todos e um dever do Estado e da família. No seu Artigo 208 garante o acesso ao ensino gratuito e obrigatório como um direito subjetivo para todos.

Entre avanços e retrocessos, a educação brasileira chega à segunda década do século XXI, com um dilema, com três questionamentos, principalmente para os professores: o que ensinar, para que ensinar e como ensinar num mundo globalizado em um país onde as desigualdades são enormes, a fim de preparar, dentro de suas necessidades mínimas, os alunos. Tais necessidades, são explicitadas pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) que estabeleceu, no Artigo 22, a finalidade da educação básica, ou seja, a preparação para o exercício da cidadania, o fornecimento de meios para progredir no mundo do trabalho e para estudos posteriores. Inclui-se na formação média, a possibilidade de profissionalização, constituindo-se em terminalidade de estudos para os alunos que optarem por essa modalidade.

Sendo a educação escolar um poderoso mecanismo de transformação social e a escola sua principal fonte, espera-se que ela verdadeiramente efetive este papel, preparando o ser humano para interagir na vida social e política de seu mundo,

estando habilitado para o exercício da cidadania, para o trabalho e para as descobertas e aperfeiçoamento de certas habilidades. Nesse sentido Gadotti pergunta: “O que cabe à escola na sociedade informacional”? E ele mesmo responde da seguinte forma:

Cabe a ela organizar um movimento global de renovação cultural, aproveitando-se de toda essa riqueza de informações. Hoje é a empresa que está assumindo esse papel inovador. A escola não pode ficar a reboque das inovações tecnológicas. Ela precisa ser um centro de inovação. Temos uma tradição de dar pouca importância à educação tecnológica, a qual deveria começar na educação infantil. (GADOTTI, 2000, p. 08).

A educação escolar, dado seu caráter intrínseco, é um fato social. Por ela se repassa a cultura, fazendo-a evoluir à medida das necessidades de novas gerações.

No entanto, a educação escolar traz consigo um rompimento cultural e integra no grupo, frente ao qual atua, formas de culturas descontextualizadas. Porém, a escola só pode sustentar a cultura de um povo se este tem acesso a ela; o que não significa que uma vez acessado, o educando irá receber algo que tenha a ver com ele próprio. A escola está muito longe de, num processo educador, desenvolver aos seus integrantes o verdadeiro valor que nela foi depositado no decorrer do processo de evolução humana. Pois, como afirma Gadotti:

A escola precisa ter projeto, precisa de dados, precisa fazer sua própria reestruturação curricular, elaborar seus parâmetros curriculares, enfim, ser cidadã. As mudanças que vêm de dentro da escola são mais duradouras. Da sua capacidade de inovar, registrar, sistematizar sua prática/experiência, dependerá o seu futuro. Nesse contexto, o educador é um mediador do conhecimento, diante do aluno que é o sujeito da sua formação. Ele precisa construir conhecimento a partir do que faz e, para isso, também precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que fazer dos seus alunos. (GADOTTI, 2009, p. 9).

Portanto, as atividades educacionais realizadas no âmbito da escola, extrapolam as salas de aula e os profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem não são apenas os professores, embora estes sejam os que permanecem o maior tempo com os educandos, mas a educação escolar se dá através do trabalho coletivo, onde todos os profissionais da escola, tornam-se educadores.

Os profissionais da educação que militam no interior das escolas, têm no seu dia a dia a tarefa de contribuir para a formação do educando, mediante as diferentes atividades que executam, desde o momento que o "porteiro" o recebe, no início do

período diário, até o encerramento dos trabalhos, todos estão, de uma forma ou de outra, colaborando para o processo de ensino-aprendizagem do aluno.

Assim, como todos os profissionais envolvidos na educação escolar, os professores são parte importante do processo educacional, bem como também o são os alunos e os pais. Constituem-se no maior contingente de profissionais atuando no interior das escolas. Sendo que formação inicial e continuada, destes profissionais da educação, proporciona-lhes melhorias na atuação e na construção de sua história profissional.

O professor é constantemente questionado sobre o seu papel frente à Educação, ou ainda, sobre o que faz. Qual professor nunca ouviu a famosa pergunta: "Você trabalha ou só dá aulas?" Mas, afinal o que faz o professor?

Sempre que alguém me desafia a dizer o que os professores fazem, minha resposta é que os professores fazem "os alunos trabalharem mais duro do que eles imaginavam ser possível". A coisa mais importante que um professor pode almejar é estimular os alunos a se aplicarem ao estudo. Alguns profissionais conseguem esse feito por meio de orientação e encorajamento, ao passo que outros se valem do medo e da intimidação. Eu poderia dizer que ambas as estratégias são formas de amor. Simplificando, os melhores professores são aqueles para quem você vai estudar e se esforçar como louco porque quer que eles o admirem como aluno. (TAYLOR, 2013, p. 17).

A função primeira da escola e, por conseguinte do professor, é trabalhar com o conhecimento historicamente produzido pela humanidade, visando a sua universalização, que segundo Gadotti é fundamental para a sua sobrevivência, enquanto espécie, como um todo.

O conhecimento é o grande capital da humanidade. Não apenas o capital da transnacional que precisa dele para inovação tecnológica. Ele é básico para a sobrevivência de todos e, por isso não deve ser vendido ou comprado, mas sim disponibilizado a todos. Esta é a função de instituições que se dedicam ao conhecimento apoiado nos avanços tecnológicos. Espera-se que a educação do futuro seja mais democrática e menos excludente. Essa é ao mesmo tempo nossa causa e desafio. (GADOTTI, 2000, p. 08).

Aí está a tarefa principal da educação escolar, lidar com o conhecimento, mas não apenas o conhecimento científico, como nos adverte Cortella:

Todos e todas que atuamos em Educação, porque lidamos com formação e informação, trabalhamos com o Conhecimento. O Conhecimento, objeto de nossa atividade, não pode, no entanto, ser reduzido à sua modalidade científica, pois, apesar de ela estar mais direta e extensamente presente em

nossas ações profissionais cotidianas, outras modalidades (como conhecimento estético, o religioso, o afetivo etc.) também o estão. (CORTELLA, 2006, p. 21).

Ainda, para o autor supracitado, o conhecimento escolar é produzido para um fim, pois a neutralidade não existe nos processos pedagógicos, desenvolvidos nas instituições de ensino, tendo em vista que fazem parte de uma sociedade que possui amarras.

Os processos pedagógicos também não são neutros, estando imersos no tecido social tendo, ainda, a tarefa de elaborar o indispensável amálgama para a vida coletiva, sendo conservadores e inovadores; é como tal que esses processos devem ser enfocados e compreendidos. (CORTELLA, 2006, p. 49-50).

A sociedade, para dotar os seus membros, das habilidades e dos conhecimentos científicos necessários à vida em comunidade, criou as escolas, as quais dividiam essa tarefa com a família e com a igreja. Segundo Rodrigues (1991, p. 63): "O advento da sociedade de classes desarticulou a chamada 'sociedade comunitária' se considerarmos que a sociedade classista não é uma sociedade de comunidade." Assim, a escola assumiu tarefas além das suas e os professores, que afinal são os que "põe a mão na massa", encontram-se, muitas vezes, em conflito com o aluno.

Há no interior da escola, uma relação básica, fundamental, sobre qual devemos tecer algumas considerações. Trata-se da relação educador/educando, e das relações sociais dela decorrentes, como primeira a existir no âmbito da atividade educacional. É essa a relação que deve determinar as demais no interior da escola, que vão desde a existência do serviço especializado na escola (orientação, supervisão) até aos serviços administrativos e de apoio. (RODRIGUES, 1991, p. 65).

Há na educação e na sociedade um conceito, ainda muito presente no Brasil, que é o da missão salvadora da educação, para as mazelas da sociedade como um todo, à escola é dada essa carga de responsabilidade, que Cortella (2006, p. 131) chama de "otimismo ingênuo".

Em contraponto ao "otimismo ingênuo" surgiu, na década de 70, que o mesmo Cortella (2006, p. 133) chama de "pessimismo ingênuo" pelo qual, os educadores nada mais são do que meios usados pelas classes dominantes, para a manutenção das desigualdades sociais.

Então, o educador se encontra num turbilhão, onde de um lado lhe imputam responsabilidades pela formação do aluno cidadão, consciente de seu papel crítico frente à sociedade em que vive e, de outro, ser um instrumento da manutenção do *status quo*, através da escola. Para Cortella:

Esta concepção deseja apontar a natureza contraditória das instituições sociais e, aí, a possibilidade de mudanças; a Educação, dessa maneira, teria uma função conservadora e uma função inovadora ao mesmo tempo. A Escola pode, sim, servir para reproduzir as injustiças mas, concomitantemente, é também capaz de funcionar como instrumento para mudanças; as elites a utilizam para garantir seu poder mas, por não ser asséptica, ela também serve para enfrentá-las. (CORTELLA, 2006, p. 135-136).

Assim, Cortella mostra a todos os educadores, a importância que tem o trabalho pedagógico, efetuado sempre na busca de uma sociedade mais justa, mais humana e menos desigual.

O educador como partejador de futuro é um educador que procura realizar as possibilidades que a Educação tem de colaborar na conquista de uma realidade social superadora das desigualdades. (CORTELLA, 2006, p. 158).

Esse trabalho será efetivo, se realizado junto àqueles que são a razão principal do trabalho pedagógico, ou seja, os alunos.

A educação brasileira, atualmente, vive um momento, que pode ser considerado especial, pois alcançou a universalização no acesso ao Ensino Fundamental e busca fazê-lo no Ensino Médio.

As políticas de educação para o período 1999/2002 propõem a progressiva expansão do atendimento desse nível de ensino, embora haja clareza que a universalização, parte da dívida social que o país acumulou ao longo dos anos para com os que vivem do trabalho exigirá esforço de mais de uma gestão. (KUENZER, 2005, p. 45).

Porém, junto com essa conquista, vieram os desafios, os alunos não são mais os mesmos, aliás, a sociedade mudou muito rápido, a Internet proporciona a comunicação instantânea e influencia de maneira significativa um número cada vez maior de usuários.

Vivemos na era da globalização da economia e das comunicações, mas também numa época de acirramento das contradições inter e intra povos e

nações, época do ressurgimento do racismo e de certo triunfo do individualismo. (GADOTTI, & ROMÃO, 2004, p.117).

Tal assertiva, também é apresentada de maneira preocupante por Saviani (1991), ao afirmar que:

Tendo em vista que a organização social tende predominantemente à conservação da situação dominante, os desequilíbrios e tensões referidos tenderão também a permanecer e agravar-se. Nesta circunstância, o processo educativo só poderá desempenhar o papel de fortalecimento dos laços da sociedade na medida em que se revelar capaz de sistematizar a tendência à inovação solicitando deliberadamente o poder criador do homem. (SAVIANI, 1991, p. 125).

A escola pública carece de melhorias, que a coloque num patamar digno de atender às demandas que lhe são impostas. Porém, parece que ela está emersa em uma situação de crise permanente que afeta o sistema educacional.

A crise educacional tem raízes estruturais históricas e se manifesta de formas diversas em conjunturas específicas: confronto do ensino laico versus ensino confessional, conteúdos e metodologias, adequação a novas ideologias, democratização do acesso, gestão democrática, educação geral versus formação especial, educação de jovens e adultos, escolaridade reduzida, público versus privado, baixa qualidade de ensino, movimentos corporativos carecendo de greves constantes e prolongadas, despreparo dos educadores, evasão e retenção escolar. Estes e outros motivos de crise ganham agudização episódica em oportunidades variadas por todo este século em nosso país. (CORTELLA, 2006, p. 09-10).

Os alunos mudaram, mas a escola, segundo Paro (2004, p. 86), "parece continuar acreditando que a única finalidade defensável para um ensino de qualidade é preparar as pessoas para ocupar os postos profissionais de maior prestígio ou para entrar na universidade."

Na realização do processo de ensino-aprendizagem, aluno e professor devem interagir, como afirma Freire (1987, p. 68), "o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa."

Essa interação pode ocorrer em todos os níveis e modalidades da educação básica, mas no nível médio ela se tornaria mais ampla devido ao estágio mais avançado de formação, da maioria dos alunos.

Para Kuenzer (2005), a implantação do Ensino Médio, no Brasil, desde a sua constituição até os dias atuais corresponde a uma dualidade, com a existência de duas redes, uma profissional e outra para a educação geral.

O desenvolvimento histórico dessas redes vai mostrar que a iniciativa estatal primeiro criou escolas profissionais, no início do século XX, para só nos anos 40 criar o Ensino Médio. A partir de então, essas redes sempre estiveram de alguma forma (des)articuladas, uma vez que a dualidade estrutural sempre responde as demandas de inclusão/exclusão; o Ensino Médio inclui os socialmente incluídos; para os excluídos alguma modalidade de preparação para o trabalho, orgânica nos modos de produzir mercadoria que historicamente foram se constituindo (KUENZER, 2005, p. 26).

A nova perspectiva pedagógica preconizada pela LDB, está em consonância com os novos ares, que pairam sobre os diversos países do mundo, Brasil entre eles, nestes momentos de globalização. Os quais exigem novas práticas no mundo do trabalho e na vida social.

Os processos de trabalho de base rígida, fundamentados na eletromecânica e adequados a situações pouco dinâmicas, vão cedendo lugar a processos com base microeletrônica, que asseguram amplo espectro de soluções possíveis, desde que haja domínio da ciência e da tecnologia pelo trabalhador; os sistemas de comunicações disponibilizam toda sorte de informações em tempo real.

Em decorrência passa-se a exigir um trabalhador de novo tipo, que tenha mais conhecimentos, saiba comunicar-se adequadamente, trabalhe em equipe, avalie seu próprio trabalho, adapte-se a situações novas, crie soluções originais e, de quebra, seja capaz de educar-se permanentemente. (KUENZER, 2005, p. 57).

Portanto, está sobre os alunos contemporâneos, trabalhadores de amanhã, a enorme gama de habilidades e competências a serem desenvolvidas. As quais devem começar na educação básica se estenderão ao longo de toda a vida profissional. Assim, os professores possuem a significativa responsabilidade para contribuir na formação desses jovens, que estão chegando cada vez mais novos ao Ensino Médio, mas os educadores não podem ficar sós nessa tarefa, precisam e devem contar com os pais ou responsáveis nessa árdua tarefa.

A participação dos pais e/ou responsáveis na escola, sempre é motivo de reclamação, principalmente pelas equipes diretivas (direção e equipe pedagógica). A gestão escolar democrática, algo muito em voga, só se efetivará de fato e de direito com essa participação.

Toda vez que se propõe uma gestão democrática da escola pública de 1º e 2º graus que tenha efetiva participação de pais, educadores, alunos e funcionários da escola, isso acaba sendo considerado como coisa utópica. Acredito não ser de pouca importância examinar as implicações decorrentes dessa utopia. A palavra utopia significa lugar que não existe. Não quer dizer que não possa vir a existir. Na medida em que não existe, mas ao mesmo tempo se coloca como algo de valor, algo desejável do ponto de vista da solução dos problemas da escola, a tarefa deve consistir, inicialmente, em tomar consciência das condições concretas, ou das contradições concretas, que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola. (PARO, 2004, p. 09).

A busca pela participação da comunidade na vida da escola é um processo, pois as dificuldades são muitas, a falta de interesse dos pais, o pouco tempo que eles dispõem, os horários da escola, os gestores sempre ocupados que não têm muito tempo para ouvi-los, dentre outros.

Ainda segundo Paro (2004) existem os condicionantes internos da escola à participação, ou seja, os materiais, os institucionais, os político-sociais e os ideológicos. "É preciso, todavia, tomar cuidado para não erigirem essas dificuldades materiais em mera desculpa para nada fazer na escola em prol da participação." (PARO, 2004, p. 44)

A participação, principalmente dos membros das camadas populares, na vida escolar, deve ter como escopo principal, a educação de qualidade para os seus filhos. A influência da família é fator preponderante para o sucesso do estudante. "A atitude dos pais e suas práticas de criação e educação são aspectos que interferem no desenvolvimento individual e, conseqüentemente, influenciam o comportamento da criança na escola." (REGO, 1995, apud AQUINO, 1996, p. 97).

Para Rego (1996, apud AQUINO, 1996, p. 97), citando Moreno e Cubero (1995), existem três modelos educacionais de pais: os "autoritários", os "permissivos" e os "democráticos", cujos filhos podem repetir, na escola os comportamentos herdados a partir da educação familiar recebida.

Chamam de "pais autoritários" aqueles que, além de serem pouco comunicativos e afetuosos, são bastante rígidos, controladores e restritivos quanto ao nível de exigência de seus filhos. [...]

Em contrapartida, os "pais permissivos" valorizam o diálogo (as opiniões das crianças são frequentemente solicitadas e quase sempre aceitas) e o afeto. São pais que têm enorme dificuldade em exercer algum tipo de controle sobre a criança. Conseqüentemente, são bastante tolerantes e até mesmo indulgentes em relação aos desejos, atitudes e impulsos infantis. [...] esses pais não costumam exigir responsabilidades de seus filhos.

Os "pais democráticos", por sua vez, parecem conseguir um maior equilíbrio entre a necessidade de controlar e dirigir as ações infantis, de exigir eu amadurecimento e independência, e o respeito às necessidades,

capacidades e sentimentos de seus filhos. São pais que apresentam níveis altos de comunicação e afetividade e que normalmente estimulam as crianças para que expressem suas opiniões sobre determinados aspectos que as afetam.

Portanto, a escola, ao tratar com os pais e/ou responsáveis, deve fazê-lo da melhor maneira possível, respeitando as individualidades, para que eles se sintam parte do processo de solução, de possíveis problemas educacionais de seus filhos e, não como a porção problemática, ainda visto em determinados estabelecimentos.

3. A PESQUISA

O ponto inicial para a organização e implementação do projeto de intervenção, que originou este estudo, foi uma criteriosa reflexão sobre a realidade da instituição em questão, no que diz respeito à evasão escolar a partir das causas internas e nas ações sugeridas, respostas para as seguintes perguntas: a) O fracasso escolar efetivado pela evasão, em função de causas internas, evidencia a necessidade de mudanças na escola? b) O trabalho em conjunto, envolvendo professores, alunos e pais, pode contribuir para a diminuição dos índices de evasão?

Para conhecer melhor e na busca de estabelecer um perfil do alunado do Ensino Médio do Estabelecimento, foi aplicado, para os alunos matriculados na Primeira Série (períodos diurno e noturno) e, também, através de uma amostra, para evadidos, um questionário escrito, ainda durante o ano de 2014. Os resultados forneceram subsídios para as demais etapas da implementação.

No trabalho com os professores foi disponibilizado um tempo de vinte horas, com formação de "grupo de estudos". Realizado em cinco etapas, com quatro horas de duração cada uma delas. Sendo desenvolvidas as seguintes temáticas:

- a) A contextualização Histórica da Educação brasileira e suas implicações para a atualidade;
- b) Função social da Escola: cidadania e conhecimento;
- c) Conhecendo o "perfil dos alunos" e as causas da evasão: fragilidades e potencialidades;
- d) A evasão escolar e o Ensino Médio por "Blocos" - análise de dados estatísticos, de documentos oficiais norteadores da política educacional (CF/88, LDBEN, DCNs, DCEs - Paraná, PPP da Escola) e do trabalho docente na educação básica (relação

professor-aluno, conteúdos, avaliação);

e) Elaboração, análise e proposição de ações, para diminuir a evasão escolar, junto à gestão e no trabalho docente.

As temáticas desenvolvidas proporcionaram o entendimento de que a boa relação entre professor e aluno é fundamental para o processo ensino-aprendizagem, aliada ao fato, apresentado por Rodrigues (1991) como outra condição básica, ou seja: "a competência intelectual e técnica do educador." A fim de que saiba distinguir o essencial do acessório dentro da atividade educacional. E ao complementá-lo, Cortella diz que:

É comum também observarmos o Conhecimento ser tratado como uma coisa mágica, transcendental, que "cai dos céus" e não raro encontramos educadores que passam para seus alunos e alunas uma visão estática e extática do conhecimento. Um exemplo disso é o ensino da origem de algumas teorias científicas: ensina-se a lenda (como o "eureka" de Arquimedes, acometido de súbita iluminação) e a genialidade espantosa dos cientistas, mas não o processo de produção. (CORTELLA, 2006, p. 101-102).

Assim, houve a compreensão, pelos participantes, de que a evasão escolar está intimamente ligada a questões externas e também internas, isto pode ser confirmado pelas avaliações efetuadas e pela elaboração de propostas de ações em nível interno, tais como questionários para identificar alunos em situação risco frente à evasão, professores monitores de turma fazerem acompanhamento dos alunos quanto à aprendizagem, avaliação da metodologia empregada em algumas disciplinas apontadas pelos alunos como as mais difíceis. Outro encaminhamento metodológico durante o curso foi o de trabalho em grupos, a fim de fortalecer a ideia do trabalho coletivo em todas as frentes.

Quanto aos alunos inicialmente a atividade de campo e ação reflexiva com as turmas do 1º ano do Ensino Médio (2014), efetivou-se de forma investigativa com pesquisa de um estudo de caso. As metodologias/ações utilizadas foram de entrevista, levantamento estatístico e trabalho coletivo, para o qual foi organizado um "grupo de estudos" com os alunos que apresentaram vulnerabilidade a questão da temática proposta da evasão escolar. A pesquisa de campo forneceu as informações necessárias à seleção dos alunos que fizeram parte do "Grupo de Estudos", além proporcionar a visibilidade sobre o perfil dos mesmos no Ensino Médio e daqueles que se evadiram nos últimos dois anos.

Os momentos no “Grupo de Estudos” foram utilizados para o conhecimento e discussão, sobre possibilidades futuras de cada um, para que o Ensino Médio não se transforme na fase final de escolarização destes alunos, mas que eles vislumbrem novas perspectivas educacionais, aumentando, assim, o seu nível de escolaridade.

O “Grupo de Estudos” foi desenvolvido, em uma carga horária de oito horas aula, divididas em oito encontros, realizados em contra turno, ou seja, horário alternativo, das 18 às 19 horas, para que os alunos não tivessem prejuízo nas suas aulas regulares. Nesses encontros foram trabalhadas as seguintes temáticas:

- a) História da vida estudantil de cada um: potencialidades e limites;
- b) Dinâmica do cotidiano escolar: questões que facilitam e dificultam;
- c) Conhecendo a organização escolar: gestão, regulamentos, trabalho pedagógico;
- d) Importância da Escola/Educação na formação: valores, cidadania e relação profissional;
- e) Dificuldades na Aprendizagem nas áreas do conhecimento;
- f) Organização Individual estudantil: rotina de estudo;
- g) Conflitos estudantis e suas implicações: pessoais, docentes, familiares;
- h) Perspectivas futuras: acadêmicas, sociais e profissionais.

A pequena frequência confirma a dificuldade que os alunos têm de participar de atividades extracurriculares, relatada por eles mesmos, tendo em vista questões como transporte e trabalho, isto no caso específico desse grupo.

Os conflitos entre os próprios alunos e destes com os professores também, foram fatos relatados e apontados como uma das causas da evasão escolar. As relações professor-aluno são muitas vezes conflituosas, em função de interesses dicotômicos, pois não há uma real compreensão, de ambas as partes, sobre o papel a ser desempenhado na busca da aprendizagem. Para Aquino “a saída possível está no coração mesmo da relação professor-aluno, isto é, nos vínculos cotidianos e, principalmente na maneira como nos posicionamos perante o nosso outro complementar”. (AQUINO, 1996, p. 50). Nessa questão, os alunos ponderaram que sentem o corporativismo dos professores, no momento que há algum conflito.

As considerações e avaliações realizadas demonstram a pouca atenção dada pelos alunos, no que diz respeito à organização de uma rotina de estudos e mesmo com a questão de materiais escolares. Afirmaram que não têm o hábito de estudar em casa e que só se preocupam com avaliações e trabalhos escolares no limite do

tempo estipulado para a entrega. Também, manifestaram o sentimento de que o estabelecimento de ensino, não proporciona as mesmas condições e atividades para os alunos do noturno em comparação com os do diurno.

O trabalho com os pais e/ou responsáveis se efetivou junto aqueles cujos filhos demonstraram, no questionário aplicado anteriormente, uma tendência ao abandono escolar e, por consequência, participaram voluntariamente, de “Grupo de Estudos” específico. A estes pais, foi apresentado o resultado da pesquisa, no que tange à intenção de seus filhos quanto à permanência na escola. Neste início de trabalho foi oportunizada a eles elencarem dificuldades apresentadas pelos estudantes, com relação à escola. Sabendo-se da dificuldade, que muitos pais têm de estarem com frequência na escola, a carga horária dos encontros foi de quatro horas, com ênfase nas temáticas sobre:

- a) "O Papel da Escola e o Papel dos Pais ou Responsáveis";
- b) "Dificuldades e potencialidade relatadas pelos filhos (alunos) aos pais, sobre o dia a dia a escola".

O primeiro encontro coincidiu com a data da reunião de início de ano, que tradicionalmente ocorre por séries, no estabelecimento, tendo em vista, que o foco principal foram os alunos do segundo ano, mas também participaram pais de alunos que ficaram retidos na 1ª série em 2014. A referida data foi escolhida para facilitar a participação, tendo em vista a dificuldade que muitos têm dificuldades principalmente com o tempo, pois como afirma Paro:

[...] a participação da comunidade na gestão da escola pública encontra um sem-número de obstáculos para concretizar-se, razão pela qual um dos requisitos básicos e preliminares para aquele que se disponha a promovê-la é estar convencido da relevância e da necessidade dessa participação, de modo a não desistir diante das primeiras dificuldades. (PARO, 2004, p. 16)

Este encontro objetivou a corresponsabilidade dos pais com a educação formal visando a prevenção da evasão escolar. Também, a necessidade de acompanhamento, pelos pais da vida educacional de seus filhos, afim de que estes não venham a desistir dos estudos, logo no primeiro bimestre. O enfoque da reunião com esse grupo de pais se deu nas questões legais, com recortes da Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto da Criança e do Adolescente, Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno do Estabelecimento. Além, da análise e discussão sobre a importância da escolarização na vida de cada

um. Foi solicitado, aos pais que verifiquem junto aos filhos quais as dificuldades e potencialidades que eles têm sentido na escola e tragam essas questões para o segundo encontro. Assim, nesta etapa foi oportunizado aos pais um tempo para a apresentação das dificuldades e potencialidades, relatadas pelos filhos e produzido um relatório síntese que foi encaminhado à Direção, Equipe Pedagógica e servirá de subsídio para o trabalho no âmbito interno, caso interesse. Aos pais foi entregue uma "Cartilha", onde constam informações sobre como proceder e quem procurar em diversos assuntos relacionados ao dia a dia da escola.

A Proposta de Implementação Pedagógica, no Colégio Estadual Parigot de Souza, precisou sofrer algumas alterações, principalmente no que se refere ao cronograma.

A alteração de cronograma se deu basicamente em função das paralisações por ocasião das greves do magistério, as quais foram de conhecimento público.

Assim, as atividades que seriam iniciadas em fevereiro de dois mil e quinze, só puderam ocorrer a partir do final de março e foram finalizadas em agosto do referido ano, no caso com pais e alunos, pois no que se diz respeito aos professores as atividades foram concluídas ainda em maio do mesmo ano.

O curso realizado junto aos professores seguiu normalmente o conteúdo programático, com a participação de dezessete cursistas, os quais frequentaram regularmente todas as etapas. As avaliações efetuadas comprovaram que os conteúdos apresentados estavam perfeitamente de acordo com a temática e com a realidade local. Apenas o fator tempo que dificultou a realização de mais debates, mas em parte foi superado, pois as avaliações individuais que estavam previstas para serem realizadas durante o curso foram entregues em outros momentos.

Quanto ao trabalho com os alunos sofreu alguns percalços e interrupções pela questão das greves e, também, houve problemas com relação à participação, dos escolares selecionados, no ano de dois mil e quatorze, alguns desistiram de estudar, outros foram transferidos. Assim, foi possível trabalhar com quatro alunos, dos dez inicialmente selecionados, até o Encontro IV. A partir daí apenas três continuaram, pois, uma aluna estava em licença maternidade e não mais compareceu. As atividades propostas no Caderno Pedagógico foram trabalhadas dentro do previsto e as avaliações, efetuadas pelos cursistas durante os encontros, demonstraram que eles têm muitas dificuldades com questões de organização e também com perspectivas pessoais e profissionais futuras mas, afirmaram que

pretendem mudar algumas práticas, especialmente na rotina de estudos e, o mais importante, pretendem continuar estudando.

No que se refere aos pais e/ou responsáveis o primeiro encontro foi bastante produtivo, inclusive com uma mãe se mostrando surpresa, com o fato do seu filho ter respondido que talvez não concluísse o Ensino Médio, pois, ele nunca havia realizado nenhum comentário desse teor. Entenderam como pertinente a realização dos encontros, incluindo os que seriam realizados com alunos, inclusive pediram para ver quais assuntos a serem trabalhados com os discentes e frisaram que iriam incentivar a participação dos mesmos. Quanto ao segundo encontro, precisou ser agendado duas vezes, tendo em vista o não comparecimento dos participantes. Mas, finalmente pode ser realizado e as atividades cumpridas.

De uma forma geral, apesar de alguns problemas, os encontros foram produtivos, principalmente o curso com os professores. Compartilha-se a frase de uma participante: "pena que acabou o curso, ficou um gostinho de quero mais".

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o exposto e com base nas reflexões, discussões e relatos de experiências a partir dos textos e depoimentos efetuados na implementação, percebe-se que esse trabalho trouxe a compreensão de que o envolvimento e a participação do coletivo escolar de maneira mais atuante, consciente e crítica frente a temática da evasão escolar pode levar a uma mudança de comportamento no interior da escola.

Ainda foi possível entender que a escola tem, como um todo, dificuldade para lidar, com as causas internas, sempre existe a tendência de colocar nos fatores externos a culpa máxima pelos índices de evasão.

O trabalho com percentuais leva a uma visão míope da questão, pois comemoram-se, no momento em que ocorre uma diminuição, mas quase inexistente uma preocupação ou uma análise sobre esses dados estatísticos que são constituídos por alunos, onde cada caso é um caso. Quantos deles estão relacionados a questões internas?

Nos primeiros encontros realizados junto aos professores, observou-se uma propensão para o óbvio, isto é, para as questões externas responsáveis pela evasão mas, com o desenvolvimento das atividades, foi possível focalizar no objetivo

principal e a partir disso, inclusive a formulação de propostas, dentre elas: professor estar atento, no dia a dia, detectando alunos em situação de risco e imediatamente comunicando à Equipe Pedagógica e/ou Direção; a introdução de novas metodologias, nas aulas, que motivem o aluno na busca do conhecimento; realização de palestras (encontros) com profissionais, especialmente ex-alunos, a fim proporcionar aos educandos uma visão sobre o mundo do trabalho pós escola; realização de avaliações diagnósticas sobre a realidade socioeconômica dos alunos.

Quanto às atividades realizadas com os pais e/ou responsáveis indicaram as dificuldades que estes têm no trato com os filhos sobre os assuntos escolares. Existe uma lacuna entre a instituição e os pais, mas, foi possível obter algumas propostas que podem contribuir para o momento ou para alimentar novos estudos.

Nos encontros com os alunos foi possível vislumbrar o embaraço que eles têm ao se defrontarem, principalmente com a organização de uma rotina de estudos e também com o planejamento futuro, para a continuidade dos estudos.

Portanto, diante do referido, fica visível que as reflexões acerca da compreensão das causas internas da evasão escolar na instituição de ensino não se estancam facilmente, sendo imprescindível a continuidade dos estudos e o fortalecimento de ações que promovam o diálogo e a participação do coletivo escolar educativa afim de que a escola cumpra realmente a sua função social de contribuir para a construção do conhecimento e libertação humana.

6. REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Z.; BAETA, A. M. B.; ROCHA, A. D. C. da. **A escola em questão: evasão e repetência no Brasil**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1985. 103 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02/05/2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb. Acesso em 02/05/14.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 08/10/15.

CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 166 p.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. Disponível em: www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf. Acesso em 09/04/2014.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Autonomia da escola**: princípios e propostas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 165 p.

GHIRALDELLI JR, P. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1991. 240 p.

LEDESMA, M. R. K. **Evolução histórica da educação brasileira**: 1549-2010. Guarapuava: Ed. da UNICENTRO, 2010. 130 p.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009. Disponível em: files.diretortecniconpe.webnode.com. Acesso em: 14/10/14.

KUENZER, A. Z. (Org.). **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 248 p.

PARO, V. H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004. 119 p.

REGO, T. C. R. **A indisciplina e o processo educativo**: uma análise na perspectiva vygotskiana. *In*: AQUINO, J. G. (Org.) São Paulo: Summus, 1996, p. 83 - 101.

RIBEIRO, M. L. S., **História da educação brasileira**: a organização escolar. 13 ed. - Rev. e Ampl. Campinas: Autores Associados, 1993, 207 p.

RODRIGUES, N. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 199, 120 p.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1991, 224 p.

TAYLOR, M. **Um bom professor faz toda a diferença**. [Tradução de Leila Couceiro]; Rio de Janeiro: Sextante, 2013, 128 p.